

**GABARITO 01**

**TARDE**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA: ESPORTES E LAZER**

**ATENÇÃO**

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Específico da Área de Conhecimento	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

*As paixões ensinaram a razão aos homens.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

## ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Panelas
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULLUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos  
 (B) expansão da rede de fibra ótica no país  
 (C) privatização dos meios de comunicação  
 (D) desenvolvimento de políticas públicas
07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o *Lower Manhattan*. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam *Wall Street* pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro  
 (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas  
 (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental  
 (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais  
 (B) crise da produção agromanufatureira  
 (C) instabilidade da economia mundial  
 (D) queda das barreiras protecionistas
09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:
- (A) telefonia e a rede Al Bayan  
 (B) internet e a rede Al Jazeera  
 (C) juventude e a rede Al-Ahram  
 (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos inclusos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista  
 (B) genética  
 (C) regulada  
 (D) substantiva

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO**

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
  - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
  - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
  - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
  - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
  - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
  - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
  - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
  - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
  - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
  - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
  - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
  - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
  - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
  - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
  - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
  - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
  - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
  - (B) crédito extraordinário
  - (C) crédito estratégico
  - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
  - (B) empenho, execução e pagamento
  - (C) empenho, liquidação e pagamento
  - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
  - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
  - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
  - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
  - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

25. De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
  - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
26. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
  - (B) Palácio Pedro Ernesto
  - (C) Palácio Guanabara
  - (D) Palácio Tiradentes
27. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
  - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
28. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
  - (B) três anos
  - (C) quatro anos
  - (D) cinco anos
29. A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
  - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
  - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
  - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
30. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
  - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
  - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
  - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

**ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO:  
ESPORTES E LAZER**

31. Para os efeitos da Lei 9.615 de 1998, considera-se competição profissional aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de:
- (A) doações
  - (B) direitos de imagem
  - (C) contrato de patrocínio
  - (D) contrato de trabalho desportivo
32. A prática de esportes como lazer, em termos conceituais, busca fundamentalmente uma vivência:
- (A) de desenvolvimento de forma física
  - (B) desinteressada
  - (C) contemplativa
  - (D) terapêutica
33. O filósofo principal que influenciou Pierre de Coubertin na formulação das bases do Olimpismo foi:
- (A) Vitor Cousin
  - (B) Henri Bergson
  - (C) René Descartes
  - (D) Jean-Jacques Rousseau
34. A missão do Comitê Olímpico Brasileiro – COB é atuar no esporte de alto rendimento; liderar a estratégia de desenvolvimento do esporte e de preparação de modalidades olímpicas e contribuir por intermédio do esporte, com os formadores, para a inserção social, a prática da cidadania e a formação de atletas, contando para tais propósitos com a anuência:
- (A) dos presidentes das Confederações
  - (B) do Comitê Olímpico Internacional
  - (C) do Ministério do Esporte
  - (D) da Carta Olímpica
35. A Empresa Olímpica Municipal (EOM) foi instituída pela Prefeitura do Rio de Janeiro para atuar junto à preparação dos Jogos Olímpicos de 2016, assumindo a função principal de:
- (A) financiar o Comitê Organizador (COJO) dos Jogos Olímpicos de 2016
  - (B) supervisionar projetos de infraestrutura urbana e outros relacionados aos legados dos Jogos de 2016
  - (C) representar a Autoridade Pública Olímpica (APO) do Governo Federal junto ao Comitê Organizador (COJO) dos Jogos de 2016
  - (D) representar a Prefeitura do Rio de Janeiro junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) com relação às obras relacionadas aos Jogos de 2016
36. A história dos Jogos Paralímpicos indica que a primeira edição dessa competição, com uma denominação diferente, ocorreu em:
- (A) 1960, na Itália
  - (B) 1948, na Inglaterra
  - (C) 1924, antes dos Jogos Olímpicos de Paris
  - (D) 1988, em conjunto com os Jogos Olímpicos de Seul
37. Os estudos sobre legados de megaeventos esportivos geralmente os classificam como tangíveis e intangíveis. Exemplos de legados intangíveis são:
- (A) meios de transporte
  - (B) infraestrutura urbana
  - (C) estádios e instalações esportivas
  - (D) mudanças culturais de longo prazo na cidade sede
38. Os valores **no** esporte distinguem-se dos valores **do** esporte por serem estes:
- (A) neutros por definição
  - (B) relacionados ao *fair play*
  - (C) contraditórios em significado
  - (D) mais normativos do que pactuantes
39. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro estipula em seu Artigo 383 que o Município fomentará as práticas desportivas e de lazer, formais e não formais, inclusive para pessoas portadoras de deficiência, destacando no seu item primeiro:
- (A) os direitos humanos
  - (B) a igualdade de direitos
  - (C) o direito à prática desportiva
  - (D) os direitos constitucionais
40. A categorização “desporto não formal” foi assumida no Brasil pela Campanha Esporte para Todos das décadas de 1970 e 1980, que adotou em seus documentos de base a definição do desporto como recreação e lazer, dando prioridade à:
- (A) integração social
  - (B) educação física escolar
  - (C) oposição ao desporto formal
  - (D) rejeição da competição de alto rendimento
41. O Comitê Olímpico Brasileiro – COB foi institucionalizado em 1935, após ter funcionado informalmente com reconhecimento do Comitê Olímpico Internacional – COI, desde o ano de:
- (A) 1908
  - (B) 1914
  - (C) 1920
  - (D) 1922

42. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro facilita a obtenção de incentivos especiais, vinculados à absorção de mão de obra portadora de deficiência com restrição à atividade física, para empresas:
- (A) especializadas em tecnologia avançada
  - (B) localizadas em áreas de baixa renda
  - (C) de pequeno porte e microempresas
  - (D) com mais de 200 empregados
43. O Artigo 391 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro estipula que determinadas entidades instaladas na área municipal devem manter espaços adequados a atividades sociodesportivas e de lazer para os seus funcionários. Essas entidades são especificadas no referido dispositivo como:
- (A) empresas subvencionadas pelo município
  - (B) empresas com mais de 200 empregados
  - (C) organizações não governamentais
  - (D) empresas multinacionais
44. O Ministério do Esporte, segundo o Decreto 4.668 de 09/04/2003, tem por missão prioritária:
- (A) prover acesso ao desporto aos grupos sociais vulneráveis
  - (B) promover práticas desportivas em todo o país
  - (C) apoiar clubes e federações esportivas
  - (D) identificar talentos desportivos
45. Após a redemocratização do país em 1985, foi criada na Câmara Federal uma Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro cujas sugestões contribuíram para a constitucionalização do desporto nacional formulada em 1988. Como resultado, a Constituição Federal de 1988 incorporou o princípio:
- (A) do desporto como meio de desenvolvimento comunitário
  - (B) do desporto como promoção de saúde
  - (C) do direito à prática desportiva
  - (D) da natureza social do desporto
46. O parágrafo quarto do Artigo 28 da Lei 12.395, de 2011 menciona que se aplicam, ao atleta profissional, as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, ressalvadas as peculiaridades constantes da Lei 12.395. Entre as diferentes normas, incluem-se as seguintes:
- (A) férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias e jornada de trabalho desportiva normal de 30 (trinta) horas semanais
  - (B) férias anuais remuneradas de 60 (sessenta) dias e jornada de trabalho desportiva normal de 40 (quarenta) horas semanais
  - (C) férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias e jornada de trabalho desportiva normal de 40 (quarenta) horas semanais
  - (D) férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias e jornada de trabalho desportiva normal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais
47. De acordo com o Artigo 1º da Lei 9.615, de 1998, parágrafo segundo, a prática desportiva não formal é caracterizada:
- (A) pela prática competitiva profissional
  - (B) pela liberdade lúdica de seus praticantes
  - (C) pela prática desportiva orientada por um professor de educação física
  - (D) pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto
48. O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Para alcançar seus propósitos, o PSE é constituído pelos seguintes componentes:
- (A) avaliação das condições de saúde da população; promoção da saúde e de atividades de prevenção; educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de pais; monitoramento e avaliação da saúde dos pais; monitoramento e avaliação dos profissionais da educação
  - (B) avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; comunicação sobre doenças transmissíveis e violência urbana; educação permanente e capacitação dos pais e jovens; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes e pais; monitoramento e avaliação do programa
  - (C) avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; promoção da saúde e de atividades de prevenção; educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; monitoramento e avaliação do programa
  - (D) avaliação das condições de saúde das crianças que estão na escola pública e de seus pais; promoção da saúde; educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; avaliações constantes dos profissionais da educação

49. São objetivos do Projeto Esporte e Lazer da Cidade (PELC):

- (A) ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerados direitos sociais de todos os cidadãos (diversas faixas etárias), assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e ao desenvolvimento humano
- (B) ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerados direitos sociais de todos os cidadãos (diversas faixas etárias), assim como fomentar competições esportivas em comunidades carentes, com o intuito de selecionar novos talentos esportivos
- (C) criar ações específicas de acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, para aqueles jovens que possuem destacada habilidade esportiva, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e ao desenvolvimento humano
- (D) criar ações específicas de acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, para aqueles jovens que possuem destacada habilidade esportiva, assim como fomentar competições esportivas em comunidades carentes, com o intuito de selecionar novos talentos esportivos

50. O PELC/PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) objetiva estimular a inclusão social a partir de práticas de atividades físico-esportivas/práticas corporais. Essas atividades possuem natureza diversificada e devem estar direcionadas à valorização e ao fortalecimento da cultura local. Portanto, o PELC/PRONASCI, para alcançar seu propósito, precisa:

- (A) garantir, aos detentos e jovens infratores, oportunidades de acesso à cultura corporal, utilizando ações que combatam a discriminação social, racial, sexual e outros preconceitos
- (B) garantir, às jovens do sexo feminino, oportunidades de acesso à cultura corporal, utilizando ações que combatam a discriminação social, racial, sexual e outros preconceitos
- (C) garantir, a todos os participantes, oportunidades de acesso à cultura corporal, utilizando ações que combatam a discriminação social, racial, sexual e outros preconceitos
- (D) garantir, aos escolares, oportunidades de acesso à cultura corporal, utilizando ações que combatam a discriminação social, racial, sexual e outros preconceitos

51. De acordo com a política intersetorial do PELC/PRONASCI, para que a política alcance êxito e haja interesse, envolvimento e adesão por parte da comunidade, é preciso que:

- (A) o modelo de gestão seja compartilhado; é necessária a participação e engajamento da comunidade local, em um processo de mútua cooperação, na elaboração de políticas públicas e na gestão compartilhada dos projetos
- (B) o modelo de gestão seja hierarquizado, isto é, cabe ao Estado promover projetos e programas. Contudo, é necessário que a comunidade local coopere aderindo ao processo e contribua financeiramente com o mesmo
- (C) o modelo de gestão seja compartilhado, isto é, cabe só ao Estado promover projetos e programas. Contudo, é necessário que a comunidade local coopere aderindo ao processo
- (D) o modelo de gestão seja hierarquizado, isto é, cabe ao Estado promover as políticas e à comunidade local compete aderir integralmente a essas propostas

52. Em relação à prática corporal/ atividade física, uma das ações da Política Nacional de Promoção da Saúde na rede básica de saúde e na comunidade é:

- (A) ofertar práticas corporais/atividade física como corridas, musculação e alongamentos, na rede básica de saúde, voltadas para as pessoas que apresentem doenças
- (B) evitar atividades que concorram com as ações já desenvolvidas pelo SUS, isto é, cada ação deve ser diferenciada, para que não haja redundância de ações que não devem ser compartilhadas
- (C) capacitar os professores de educação física em conteúdos de promoção à saúde e práticas corporais/atividade física na lógica da educação permanente, incluindo a avaliação física como parte do processo
- (D) mapear e apoiar as ações de práticas corporais/atividade física existentes nos serviços de atenção básica e na Estratégia de Saúde da Família e inserir essas práticas nos serviços em que ainda não estejam sendo oferecidos

**Considerar o texto “Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado”, de Padilha (2003), para responder às questões 53, 54 e 55.**

53. O lazer está cada vez mais presente nos *shopping centers*, de tal forma que, atualmente, segundo a autora:

- (A) evita-se a discrepância de preços uma vez que o consumidor tem acesso a várias lojas ao mesmo tempo
- (B) aumenta a qualidade de vida das pessoas uma vez que se concentram várias atividades em um só espaço
- (C) ficou resolvido o problema da segurança para se fazer compras nos países em desenvolvimento
- (D) é possível confundir ou achar que são sinônimos espaço de consumo e espaço de lazer

54. A autora define *shopping center* híbrido como:
- (A) um centro urbano de serviços, alimentação e lazer e não somente um espaço para a venda de mercadorias
  - (B) um espaço onde o principal é a praça de alimentação, que congrega vários estilos de culinária
  - (C) uma fuga da realidade da vida caótica das ruas dos países em desenvolvimento
  - (D) um ponto de socialização
55. A autora define a cultura “McWorld” como:
- (A) um mundo de parques de diversão
  - (B) o consumo excessivo de jogos eletrônicos
  - (C) um estilo de vida que pode elevar as taxas de colesterol e triglicérides nas crianças ocasionando aumento de obesidade infantil
  - (D) uma cultura que tem como objetivo principal criar uma sociedade universal de consumo que nem será composta por cidadãos nem por tribos, mas somente por consumidores
56. Segundo Melo e Novaes (2003), nos últimos anos, no Brasil, vem crescendo consideravelmente a visibilidade do lazer enquanto tema de estudos. Depois de anos sendo alvo de poucas – embora importantes – reflexões sistematizadas, nas últimas décadas observa-se que o assunto ocupa espaço significativo nos jornais, periódicos de informação geral e no mundo acadêmico como um todo, com destaque para a organização de grupos de pesquisa advindos das mais diversas áreas de conhecimento (Educação Física, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, Economia, Turismo, Estudos Culturais, entre outras). Cabe também ressaltar a realização de eventos científicos ligados ao assunto e o aumento do número de publicações específicas. Os autores apontam vários fatores que influenciaram o interesse pelos estudos de lazer, entre os quais **NÃO** é correto incluir:
- (A) o aumento das iniciativas governamentais relacionadas ao lazer, o que não pode ser visto apenas por um ângulo, pois uma mera expansão quantitativa das ações promovidas pelo setor público pode gerar problemas diversos
  - (B) os questionamentos acerca da assepsia da sociedade moderna, construída a partir da centralidade e valorização extrema do trabalho, categoria concebida como referência fundamental para os seres humanos
  - (C) o fim da ditadura militar e a abertura para novas formas de lazer desvinculadas do esporte de alto rendimento
  - (D) o desenvolvimento de uma forte e crescente indústria do lazer e do entretenimento, apontada como uma das mais promissoras fontes de negócios na contemporaneidade
57. Para Dumazedier (1999) o lazer possui quatro propriedades que o constituem. São elas:
- (A) política, social, econômica e ideológica
  - (B) libertadora, hedonista, desinteressada e pessoal
  - (C) hedonista, ideológica, restauradora e confiável
  - (D) animadora, restauradora, conservadora e asseguradora
58. Dumazedier (1999), ao falar sobre relações entre o trabalho e o lazer, cita um autor que escreveu um importante trabalho intitulado “Direito à preguiça” no qual fazia uma grande apologia à “preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes”. O autor a quem Dumazedier se referia chamava-se:
- (A) Walter Benjamim
  - (B) Theodor Adorno
  - (C) Paul Lafargue
  - (D) Karl Max
59. O público-alvo do Programa Saúde nas Escolas (PSE) abrange:
- (A) todos os estudantes de universidades públicas, bem como gestores e profissionais que atuam nessas instituições
  - (B) os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, e a comunidade escolar
  - (C) somente jovens e adultos matriculados na educação de jovens e adultos / EJA
  - (D) somente os estudantes da educação básica
60. Mais do que uma estratégia de integração das políticas setoriais, o PSE se propõe a ser um novo desenho da política de educação e saúde. **NÃO** é correto afirmar que esse Programa:
- (A) procura, através de práticas esportivas, desenvolver valores como solidariedade, espírito de equipe e *fair play*
  - (B) trata a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos
  - (C) permite a progressiva ampliação das ações executadas pelos sistemas de saúde e educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes
  - (D) promove a articulação de saberes, a participação de estudantes, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social da política pública